



ESTADO DO RIO DE JANEIRO CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, no salão plenário desta Câmara Municipal, deu-se início à audiência pública para a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 3º quadrimestre do exercício financeiro de 2016. Abriu a presente audiência o Vereadores Paulo Igor, Presidente da Câmara dos Vereadores, convidando o Secretário de Fazenda do Município de Petrópolis o senhor Heitor Pereira. Também estiveram presentes o Secretário de Controle interno, professor Doutor Fábio Alves Ferreira; o Secretario Chefe de Gabinete do Prefeito Bernardo Rossi, representando o senhor Prefeito, Renan Campos; o Coordenador de Gestão de Estratégica do Município, Roberto Rizzo; o Contador Geral do Município da Secretaria de Fazenda Juarez Borges; o Assessor da Secretaria de Fazenda Jair Nunes Almas. Estavam também presentes o Vereadores Wanderley Taboada, Presidente da Comissão de Finanças, Vereador Relojão, Vereador Prof. Leandro Azevedo, Vereador Jamil Sabrá e o Vereador Justino do Raio X. A seguir, o **Vereador Paulo Igor** disse que esta casa legislativa abre suas portas para tratar de um tema de grande relevância, pois discutiremos sobre a transparência e a responsabilidade na gestão fiscal municipal, com a participação popular nesse processo. Esta audiência, de iniciativa do presidente da comissão de finanças e orçamento, Vereadores Wanderley Taboada, está em conformidade com o edital nº 03/2017 com duas inserções em jornal de grande circulação, em nosso Município. Assim, abro oficialmente este encontro cujo objetivo é avaliar o cumprimento das metas fiscais relativas ao 3º quadrimestre de 2016 pelo poder executivo municipal. Desse modo, esta casa, que possui competência constitucional de fiscalizar os serviços públicos prestados no âmbito do Município de Petrópolis, nos termos do art 31 da constituição da República Federativa do Brasil de 1988, vem cumprir a determinação disposta no art. 9º, §4º dalei de responsabilidade fiscal nº 101 de 4 de maio de 2000. Tais encontros são de grande valia, uma vez que se trata de oportunidade ímpar, onde a população petropolitana poderá tomar conhecimento sobre o emprego dos recursos públicos em nosso Município. Agradeceu a

presença de todos e registra também os seguintes presentes: o controlador interno da Câmara, Carlinhos; o Tesoureiro do Município Felipe Cruzick; a Dra. Rosângela Stumpf. Também estiveram presentes o senhor Heitor Luiz Maciel Pereira, Secretário da Secretaria de Fazenda; Alexandre Vicente, Técnico em Contabilidade da Secretaria de Fazenda; Osvaldo Rodrigues do partido PDT representando a Associação AMAEPA; Paulo Roberto Rodrigues Silva, Diretoria da SOS Vida; Hingo Rammes, Secretaria de Esporte; Roberto Carlos Silva, Presidente da Associação de Moradores do Bairro Esperança. A seguir, passou a palavra e a condução dos trabalhos ao excelentíssimo **Vereador Wanderley Taboada**. Este, assumindo a condução dos trabalhos, afirmou a importância deste momento dando a palavra ao Secretário de Fazenda Heitor Luiz Maciel. O Secretário de Fazenda, tomando a palavra, agradeceu e afirmou a importância da transparência. Mostrará as contas do governo anterior dizendo que estas não foram encontradas equilibradas, havendo uma série de dívidas e agora algumas delas já foram equacionadas. O Prefeito Bernardo Rossi está trabalhando para equacionar as dívidas, como, por exemplo, com o Hospital Santa Teresa, cuja dívida já fora equacionada e começará a ser paga em abril de 2017. Há uma dívida grande com consignados e o Prefeito ordenou que fossem pagas para que nenhum servidor fosse incluído em cadastro restritivo. Encontraram também uma dívida com precatórios judiciais, comuns e alimentícios, na ordem de noventa e um milhões, cuja prospecção foi realizada por esta mesma equipe de finança, indo até o TJ, e inclusive com parte não contabilizada. Assim iniciou para demonstrar em que forma foram encontradas as contas do Município em 31 de dezembro de 2016. Reafirmou que o Prefeito está imbuído para fazer o melhor aos petropolitanos, quer seja nas áreas da saúde, educação, segurança, proteção ambiental e civil e eles irão buscar este equilíbrio, tratando de metas fiscais, ainda que seja primário, das contas da Prefeitura e posteriormente um equilíbrio das contas nominais da mesma. O Vereadores Wanderley designou o Vereador Jamil Sabra Neto secretário desta sessão e comunicou que conforme regulamenta a resolução 88/2016, após a exposição dos trabalhos, os participantes terão 15 minutos para formular perguntas, pedidos de esclarecimentos e fornecimento de informações. As questões formuladas serão lidas e respondidas oralmente ao público pela equipe técnica que terá dois minutos para responder a cada pergunta elaborada. Assim, convidou o contador do Município, o senhor Juarez Borges, para fazer a apresentação. Esta foi feita em slides. O senhor Juarez Borges apresentou primeiramente a arrecadação consolidada do Município durante o exercício de 2016. O total arrecadado no período somou 910.093.55,52

José Jorge de Paula



(novecentos e dez milhões, noventa e três mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos). Ante um total atualizado de previsão de 967.146.765 (novecentos e sessenta e sete milhões, cento e quarenta e seis mil, setecentos e sessenta e cinco reais). Em destaque está o IPTU que arrecadou 6,85% da receita municipal; o ICMS com 15,70%; Transferência do SUS com 12,61%; e a FUNDEB com 13,70%. Destacou as receitas arrecadadas que são consideradas recursos próprios: IPTU, IRRF, ITBI, ISS, Taxas Diversas, CIP mais a CID, Receita Patrimonial e Receita de Serviços. Transferências da União e Estado: ICMS, Transferência do SUS, Salário Educação, FUNDEB e outras transferências intergovernamentais. A arrecadação dos tributos Municipais ficou assim: ISS com 77.229.439,34 (setenta e sete milhões, duzentos e vinte e nove mil, quatrocentos e trinta e nove reais e trinta e quatro centavos); IPTU com 65.669.902,83 (sessenta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, novecentos e dois reais e oitenta e três centavos); dívida ativa com 29.548.766,06 (vinte e nove milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, setecentos e sessenta e seis reais e seis centavos); IRRF com 28.342.929,49 (vinte e oito milhões, trezentos e quarenta e dois mil, novecentos e vinte e nove reais e quarenta e nove centavos); e ITBI com 14.285.024,82 (quatorze milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos). A execução da despesa orçamentária demonstrou durante o exercício um déficit de 46.202.586,00 (quarenta e seis milhões, duzentos e dois mil, quinhentos e oitenta e seis reais). Tivemos uma despesa autorizada de 1.001.180.907,80 (um bilhão, um milhão, cento e oitenta mil, novecentos e sete reais e oitenta centavos) e foi empenhado deste total um valor de 956.296.131,50 (novecentos e cinquenta e seis milhões, duzentos e noventa e seis mil, cento e trinta e um reais e cinquenta centavos), ante uma receita de 910.000.000 (novecentos e dez milhões). Daí apurou-se um déficit de 46.202.586,00 (quarenta e seis milhões, duzentos e dois mil, quinhentos e oitenta e seis reais) na execução orçamentária do exercício. A despesa por área de atuação: a saúde com empenho de 326.135.585,50 (trezentos e vinte e seis milhões, cento e trinta e cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos); a educação com 240.358.648,90 (duzentos e quarenta milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e quarenta e oito reais e noventa centavos); o urbanismo com 113.054.104,60 (cento e treze milhões, cinquenta e quatro mil, cento e quatro reais e sessenta centavos). O Resultado apurado no exercício especificamente ao resultado primário, que é o dinheiro que o governo consegue economizar. É aquilo que ele gasta (em despesas que não são financeiras) a menos do que arrecada, e esse saldo é usado para pagar juros da

dívida pública. O Resultado primário do exercício no primeiro momento foi tida a previsão na LDO de um resultado deficitário de 4.010.864,10 (quatro milhões, dez mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e dez centavos), no entanto, chegou-se no ano de 2016 a um déficit de 39.965.732,90 (trinta e nove milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, setecentos e trinta e dois reais e noventa centavos). Assim a previsão de meta do resultado primário na LDO não foi atingido. A Despesa própria com saúde totalizou 176.065.245,00 (cento e setenta e seis milhões, sessenta e cinco mil, duzentos e quarenta e cinco reais), o que importou um percentual de 38,10% perante o limite mínimo de 15% que o Município deveria aplicar. Teria que ter aplicado 69.954.064,88 (sessenta e nove milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, sessenta e quatro reais e oitenta e oito centavos). Foi aplicada a maior no valor de 106.111.180,13 (cento e seis milhões, cento e onze mil, cento e oitenta reais e treze centavos). Gasto com educação (também despesa com recurso próprio): o total empenhado de 118.722.814,70 (cento e dezoito milhões, setecentos e vinte e dois mil, oitocentos e quatorze e setenta centavos). Apurou-se um total de 25,46% ante um mínimo de 25,00%. O valor mínimo correspondia a 116.590.108,10 (cento e dezesseis milhões, quinhentos e noventa mil, cento e oito reais e dez centavos). O gasto da despesa com pessoal totalizando 50,19% da despesa líquida com pessoal. Tivemos com pessoal ativo um valor de 398.897.433,00 (trezentos e noventa e oito milhões oitocentos e noventa sete mil, quatrocentos e trinta e três reais). Com pensionista e inativo, 107.231.191,00 (cento e sete milhões, duzentos e trinta e um mil, cento e noventa e um reais). Outras despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, 1.200.00,00 (um milhão e duzentos mil reais), e despesas não Computadas 107.439.626,00 (cento e sete milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, seiscentos e vinte e seis reais), que são deduzidas do valor bruto total. Despesa com Pessoal líquido: 399.888.000,00 (trezentos e noventa e nove milhões, oitocentos e oitenta e oito mil reais). As considerações sobre a despesa de Pessoal é a seguinte: os ajustes na Receita Corrente Líquida deve-se levar em conta, pois essas receitas são pontuais, que não vão se repetir mais, pois fazem referência a valores que não foram arrecadados na época devida e que somente agora estão sendo arrecadadas, em tese, não deveria fazer parte da Receita Corrente Líquida. O ajuste na Despesa com Pessoal deve-se ao fato da Folha de pagamento não ter sido empenhada em sua totalidade quando da sua competência, o qual está sendo regularizada neste exercício, assim no nosso entendimento, deve ser incluída na despesa do exercício anterior, afirmou o secretário. A nossa dívida flutuante apurada em 31 de dezembro tem

compromisso relacionado a resto a pagar, liquidados e não liquidados do exercício anterior e inscrição de resto a pagar liquidados e não liquidados no exercício de 2016. O total da Dívida Ativa Flutuante é de 51.396.964,03 (cinquenta e um milhões, trezentos e noventa e seis mil, novecentos e sessenta e quatro reais e três centavos), Precatórios a curto prazo: 3.689.045,76 (três milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, quarenta e cinco reais e setenta e seis centavos). Precatório a longo prazo 87.157.563,62 (oitenta e sete milhões, cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos); Empréstimo a Curto prazo AGERIO 3.392.154,88 (três milhões, trezentos e noventa e dois mil, cento e cinquenta e quatro reais e oitenta e oito reais) e Empréstimo a Longo Prazo AGERIO 6.559.962,56 (seis milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e seis centavos); Obrigações fiscais: parcelamento PASEP a curto prazo 1.802.900,06 (um milhão, oitocentos e dois mil, novecentos reais e seis centavos), a longo prazo 10.985.235,93 (dez milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, duzentos e trinta e cinco reais e noventa e três centavos); INSS a curto prazo 4.409.641,82 (quatro milhões, quatrocentos e nove mil, seiscentos e quarenta e um reais e oitenta e dois centavos), a longo prazo 2.320.123,84 (dois milhões, trezentos e vinte mil, cento e vinte e três reais e oitenta e quatro centavos); INPAS a curto prazo 3.200.521,36 (três milhões, duzentos mil, quinhentos e vinte e um reais e trinta e seis centavos), a longo prazo 12.410.266,64 (doze milhões, quatrocentos e dez mil, duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos). Total de obrigações a curto prazo 9.413.063,24 (nove milhões, quatrocentos e treze mil, sessenta e três reais e vinte e quatro centavos) e a longo prazo 25.715.626,41 (vinte e cinco milhões, setecentos e quinze mil, seiscentos e vinte e seis reais e quarenta e um centavos). O total da dívida fundada com parcelamento a curto prazo é de 16.494.263,88 (dezesesseis milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, duzentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos) e a longo prazo de 119.433.152,59 (cento e dezenove milhões, quatrocentos e trinta e três mil, cento e cinquenta e dois reais e cinquenta e nove centavos). Totalizando 135.927.416,47 (cento e trinta e cinco milhões, novecentos e vinte e sete mil, quatrocentos e dezesseis reais e quarenta e sete centavos). Apresentou-se de forma mais simples algumas dívidas do Município por áreas: precatórios 94.743.573,22 (noventa e quatro milhões, setecentos e quarenta e três mil, quinhentos e setenta e três reais e vinte e dois centavos); Cartão imperial 363.500,00 (trezentos mil e quinhentos reais); Aluguel social 194.200,00 (cento e noventa e quatro mil e duzentos reais); Restaurante popular 144.802,00 (cento e

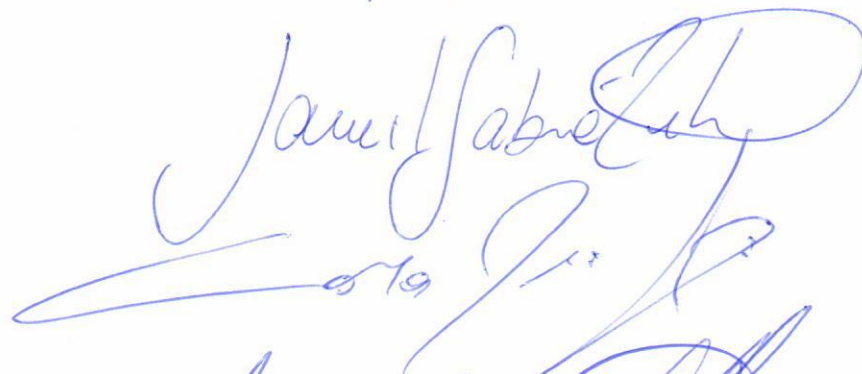


quarenta e quatro mil, oitocentos e dois reais); SEHAC e UPA (salário e 13º) 21.714.960,64 (vinte e um milhões, setecentos e quatorze mil, novecentos e sessenta reais e sessenta e quatro centavos); prestadores de serviços 13.573.512,94 (treze milhões, quinhentos e setenta e três mil, quinhentos e doze reais e noventa e quatro centavos); Hospital Santa Teresa 17.767.143,49 (dezessete milhões, setecentos e sessenta e sete mil, cento e quarenta e três reais e quarenta e nove centavos); PGDREM 1.381.408,98 (um milhão, trezentos e oitenta e um mil, quatrocentos e oito reais e noventa e oito centavos); Bolsas UCP 2.642.750,95 (dois milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, setecentos e cinquenta reais e noventa e cinco centavos); transporte escolar 270.355,31 (duzentos e setenta mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e trinta e um centavos); Alimentação escolar 3.381.408,98 (três milhões, trezentos e oitenta e um mil, quatrocentos e oito reais e noventa e oito centavos); Convênios Educacionais (creche) 854.146,00 (oitocentos e cinquenta e quatro mil, cento e quarenta e seis reais); Fornecedor e diversos (educação) 145.881,90 (cento e quarenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e um reais e noventa centavos); Alugueis (educação) 254.406,69 (duzentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e seis reais e sessenta e nove centavos); Obras Educação (Jandira Bordingnon) 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais); Administração 14.897,00 (quatorze mil, oitocentos e noventa e sete reais); Defesa Civil 1.870.636,45 (um milhão, oitocentos e setenta mil, seiscentos e trinta e seis reais e quarenta e cinco centavos); esporte e Lazer 208.229,40 (duzentos e oito mil, duzentos e vinte e nove reais e quarenta centavos); CPTRANS 1.997.924,91 (um milhão, novecentos e noventa e sete reais, novecentos e vinte e quatro reais e noventa e um centavos); COMDEP 3.669.760,44 (três milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, setecentos e sessenta reais e quarenta e quatro centavos); Aluguéis saúde 4.058.798,00 (quatro milhões, cinquenta e oito mil, setecentos e noventa e oito reais); administração (folha de pagamento) 18.196.524,64 (dezoito milhões, cento e noventa e seis mil, quinhentos e vinte e quatro reais e sessenta e quatro centavos). Totalizando um valor de 589.453.652,79 (quinhentos e oitenta e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e setenta e nove centavos) de dívida levantada até o momento. Atualmente estamos com pendência na PGN na nossa certidão de negativo. Informou que a disponibilidade de caixa recursos vinculados 12.891.440,70 (doze milhões, oitocentos e noventa e um mil, quatrocentos e quarenta reais e setenta centavos); não vinculados 14.762.007,90 (quatorze milhões, setecentos e sessenta e dois mil, sete reais e noventa centavos) totalizando, assim, 27.653.447,90 (vinte e sete

milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e noventa centavos). Assim encerrou sua apresentação e passou a palavra ao senhor presidente da comissão. O **Vereador Paulo Igor** perguntou se o Município houvesse arcado de fato com a folha bruta e com todos os seus encargos, a quanto que chegaria a despesa com pessoal, uma vez que fora relatada uma porcentagem de 50,19%. Respondeu-lhe que a realidade é de 54,54%. O Vereador Paulo Igor apresentou a situação de várias pessoas que passaram em concursos públicos e ainda não foram convocadas. E diante do limite apresentado, deverão tomar iniciativas para solucionar esta situação, como aumentar a arrecadação. Também acrescentou que uma solução foi a de esta casa aprovar a suspensão do reajuste do servidor. O Vereador Jamil Sabra Neto questionou a manobra feita para que a receita chegasse ao patamar em que as contas, o movimento contábil, estivesse adequado à IRLF. O **Vereador Professor Leandro** informou que no início do ano o percentual do pagamento de pessoal estava em 51% e pergunta como chegou aos 54%. Foi respondido ao **Vereador Paulo Igor** que se tivessem jogado o aumento dos servidores no início do ano, a margem da IRLF iria para 58,45%. Algumas medidas já estão sendo tomadas pelo Prefeito, que busca a austeridade, para poder equilibrar as contas públicas, por exemplo, não nomeando todos os cargos comissionados. O Vereador Wanderley perguntou se todos os pagamentos em RPA estão embutidos neste 51,19% da folha de pagamento. Foi respondido que todos aqueles que foram empenhados regularmente liquidados sim. O **Vereador Wanderley** esclareceu dizendo que há uma brincadeira da lei, pois nenhum RPA pode ultrapassar três meses, pois cria vínculo empregatício e isso impede que as pessoas aprovadas em concurso possam ser convocadas. Neste governo isso precisa ser corrigido. O Vereador Jamil Sabra afirmou que ao analisar os dados da receita de 50,19%, se o reajuste tivesse sido homologado já teria estourado a IRLF. Então caberia dizer que o governo passado deu um reajuste da folha sendo sabedores de que provavelmente estouraria a IRLF. Foi dito por um dos secretários que houve uma falta de transparência no final do governo anterior, maquiando uma despesa para baixo e elevando uma receita que não vai se repetir. Se houvesse uma mesma despesa do ano anterior nesse ano com a evolução que tivéssemos da receita neste ano, já estaríamos superando este limite. É importante ver que a legislação diminuiu momentaneamente cargos comissionados sem uma efetiva redução real da despesa, que deveria ter sido feita naquele momento. O que deveria ter feito era cortar os cargos comissionados, como o executivo está fazendo neste momento. O Vereador **Professor Leandro** afirmou que no governo anterior houve cortes dos cargos

comissionados em cerca de 30%. Foi-lhe respondido que este corte é mínimo e não teve um valor agregado. Em compensação o Município elevou as horas extras, criou o terceiro tempo da saúde e efetivamente não teve corte, mas sim aumento da despesa pessoal, prejudicando os que trabalhavam, sendo apenas uma legislação política que houve no momento. O **Vereadores Justino do Raio X** ressaltou a realidade de que não apresentaram nenhuma conta paga, mas apenas dívidas. O Vereador Wanderley abriu espaço para que os inscritos pudessem fazer suas perguntas ao microfone sobre esta sessão. O contador fez uma correção dizendo que o Relatório de Gestão fiscal publicado recentemente no DO 5.120 demonstra que a disponibilidade de caixa apurada no período é negativa de 27.653.447,90 (vinte e sete milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e noventa centavos), antes da inscrição de restos a pagar não processado do exercício. Composto de recursos vinculados 12.891.440,70 (doze milhões, oitocentos e noventa e um mil, quatrocentos e quarenta reais e setenta centavos) e recursos não vinculados 14.762.007,20 (quatorze milhões, setecentos e sessenta e dois mil, sete reais e vinte centavos). Portanto, há uma disponibilidade negativa de 27.653.447,90 (vinte e sete milhões seiscentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e noventa centavos). O Vereador Wanderley ressaltou a importância de o povo petropolitano saber o que está havendo e que o Prefeito está tomando as atitudes para sanear e melhorar Petrópolis e dar a devida assistência. O Vereador Jamil levantou a proposta de verificar o endividamento do governo anterior e do atual, e ver quais investimentos foram realizados. Foi-lhe respondido que boa parte da dívida está alavancada à União e à proporção em que não se paga a dívida, ela aumenta. O **Vereador Jamil** afirma a importância de ter como dado tudo o que foi aumentado de dívida por conta de outras já existentes e não pagas, para ver exatamente o comportamento da última gestão e principalmente como foi o comportamento no último quadrimestre da última gestão no que tange aos pagamentos devidos das prestações de serviços. Se houve uma má fé a partir do momento que houve o resultado eleitoral, se o Prefeito se comportou como gestor da cidade em pagar os devidos contratos de prestação de serviço em todas as áreas ou se não, se ele postergando a dívida. O Secretário afirmou que algumas dívidas começaram a ser pagas agora, como a do Hospital Santa Teresa, mas há muitas dívidas não pagas desde 2010. Há dívidas com a GRIO. Foi acrescentada a afirmação, por parte de um dos secretários, que pegaram uma dívida com pensão alimentícia e que foi descontada do servidor. O Governo atual quer regularizar estas situações sem gerar mais ônus para a administração

pública. O Vereador Wanderley dirigiu a pergunta de Selma Aires Diogo ao Representante do Prefeito, o senhor Renan, secretário de governo. A pergunta foi: Será que depois de pagar a dívida, terá alguma melhoria para o povo? A resposta foi que o governo trabalha para resgatar a sua credibilidade. É difícil afirmar neste momento, mas o que vai ser feito é administrar o caos que foi deixado. O atual Prefeito está buscando medidas. Está indo ao governo federal em busca de recursos para a cidade, destacando que Bernardo Rossi foi recebido por ministros. Também está buscando outras ajudas, como fundos para o turismo. Existe o compromisso de trabalhar pela cidade e este governo não terá improvisações. O Vereador Jamil solicitará o pedido de informação legislativa sobre o relato das dívidas do exercício de 2016 e também solicitará o comportamento dos pagamentos pós o dia da campanha para saber se agiu de má fé ou não. O Vereador Wanderley concluiu dizendo que na certeza de esta casa buscar sempre o interesse do cidadão petropolitano, o encontro desta tarde foi, sem dúvida, um espaço onde pudemos ouvir e nos informar melhor para efetivamente os representar. Agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência. Assino e atesto para fazer constar, Vereador Jamil Sabra Neto, Vereador designado para auxiliar os trabalhos desta audiência pública. Registre-se e publique-se.



Manoel de Aquino Neto
José José de Lima
Carulli